

PESQUISA DE 2008 SOBRE  
MONITORIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PARIS

# AJUDA EFICAZ ATÉ 2010? O QUE SERÁ NECESSÁRIO

PRINCIPAIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES



3<sup>o</sup>

Fórum de  
Alto Nível  
sobre a Eficácia da Ajuda

2 a 4 de Setembro de 2008 • Accra • Gana





PESQUISA DE 2008  
SOBRE MONITORIZAÇÃO  
DA DECLARAÇÃO DE PARIS

AJUDA EFICAZ ATÉ 2010?  
O QUE SERÁ NECESSÁRIO



---

# ESTAMOS ATINGINDO AS METAS?

Restando apenas três anos até 2010, este capítulo nos mostra a que distância estamos de atingir os compromissos e metas ajustados em Paris para uma ajuda eficaz. Ele se concentra principalmente no subgrupo de países cujo progresso pode ser aferido – os 33 países parceiros que tomaram parte nos dois ciclos de monitorização em 2006 e 2008. Este capítulo proporciona também informações valiosas sobre o processo de pesquisa, como foi dirigido e suas limitações.

## MONITORIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PARIS

Quando aceitaram a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda, em Março de 2005, os países doadores e parceiros estavam unidos por um objectivo comum: formar parcerias mais fortes e mais eficientes, que permitissem aos países parceiros atingir seus próprios objectivos de desenvolvimento.

Eles se comprometeram a atingir este objectivo mediante a introdução de mudanças de longo alcance que implicassem não só uma nova maneira de encarar suas parcerias e o papel da ajuda, mas também novos comportamentos e práticas no terreno.

Como instrumento para aferir seu empenho político, eles concordaram em estabelecer metas relativas a 12 indicadores de eficácia da ajuda e em voltar a se reunir em Acra, para passar em revista o progresso. Este relatório é a principal mas não a única fonte de informação sobre o progresso obtido. Apresenta os resultados e achados dos dois ciclos de monitorização – em 2006 e 2008 – e nos mostra a que distância estamos de atingir a meta de 2010 para uma ajuda eficaz.

Outros relatórios qualitativos são também uma importante fonte complementar de informação sobre o progresso. Contam-se entre eles o

Relatório de Progresso sobre Eficácia da Ajuda<sup>i</sup> e a Avaliação da Declaração de Paris (Fase 1)<sup>ii</sup>.

## MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS RELATÓRIOS DA PESQUISA DE 2008

Este relatório apresenta achados, conclusões e recomendações resultantes dos dois ciclos de monitorização levados a cabo em 2006 e 2008. Divide-se em dois volumes. O Primeiro Volume (140 páginas) apresenta um Relatório geral dos achados principais com relação aos 54 países que tomaram parte na Pesquisa de 2008. Apresenta também uma visão geral de algumas recomendações para políticas de alto nível formuladas para acelerar o progresso e ajudar a transformar o relacionamento assistencial numa parceria plena. Apêndices estatísticos fornecem todos os dados em que se baseia a análise. O Segundo Volume (750 páginas) inclui uma análise detalhada para cada um dos 54 países da Pesquisa de 2008. Cada país é apresentado num capítulo separado. Os dois volumes estão disponíveis num website ([www.oecd.org/dac/effectiveness](http://www.oecd.org/dac/effectiveness)).

Em ambos os volumes, os achados baseiam-se num corpo de prova muito amplo e representativo. Para este segundo ciclo de monitorização, 54 países parceiros prontificaram-se a organizar a pesquisa em seu próprio território – num aumento assinalável do número de países, em

comparação com a pesquisa de 2006. Uma participação mais ampla significa que os achados da pesquisa se baseiam num conjunto de dados mais confiável e representativo: mais da metade de toda a ajuda que chegou aos países recebedores de assistência em 2007 – quase US\$ 45 bilhões – é registada na pesquisa de 2008<sup>iii</sup>.

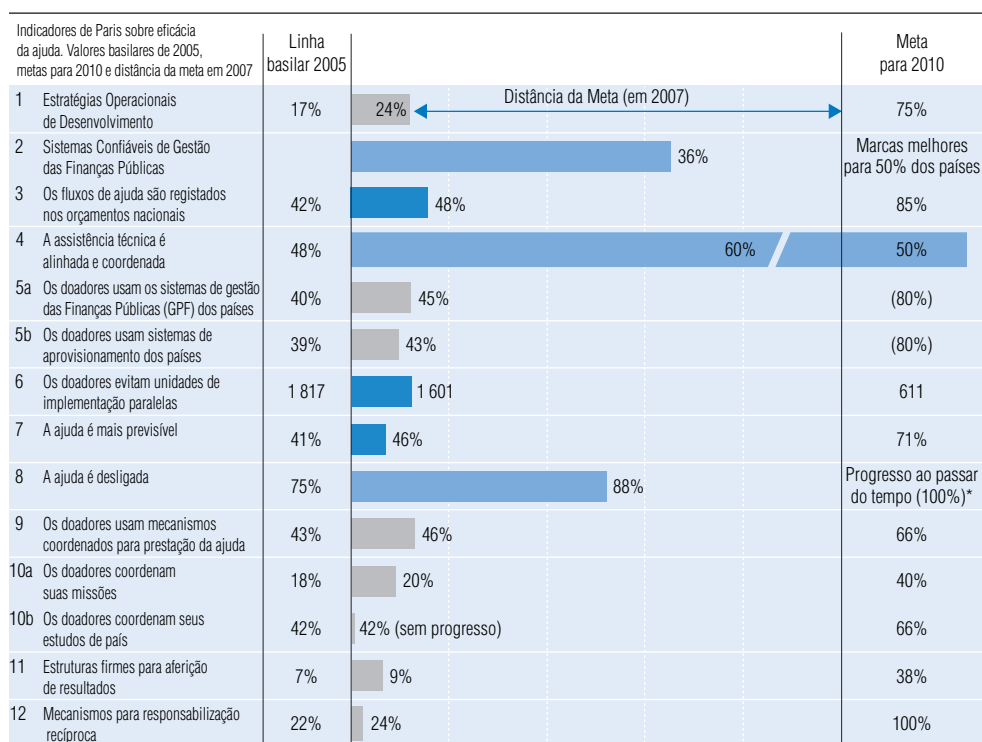
A qualidade dos dados também melhorou significativamente desde 2005. Os dados procedem principalmente dos 54 relatórios nacionais, que avaliam os desafios e oportunidades de implementar a Declaração de Paris no nível de país. Todos estes relatórios foram preparados por altas autoridades dos governos nacionais na área do desenvolvimento, em estreita consulta com as representações dos países doadores e elementos-chave da sociedade civil.

### A QUE DISTÂNCIA ESTAMOS DE ATINGIR OS ALVOS?

O gráfico abaixo (Gráfico 1.1) responde resumidamente a esta pergunta. Para cada um dos 12 indicadores, ele faz a plotagem da distância relativa necessária para atingir as metas de 2010 para uma ajuda eficaz. A análise baseia-se num subgrupo de 33 países dos quais há dados disponíveis tanto de 2005 como de 2007.

*Está havendo progresso com relação a todos os indicadores* Os casos detalhados nos capítulos seguintes mostram a significação dos avanços logrados em alguns países e algumas regiões, indicando que é possível efectivar mudanças reais quando se desenvolvem esforços conjuntos entre países parceiros e doadores. Contudo, nem todos os países estão a avançar de uma forma

**GRÁFICO 1.1.**  
A que distância estamos de atingir nossas metas?



decisiva, e alguns parecem haver retrocedido, tornando menos expressivo o desempenho conjunto em quase todas as 12 áreas cobertas pelos indicadores.

*Será necessária uma considerável aceleração da mudança na maioria dos países, para atingir as metas estabelecidas para 2010.* Em quase todas as áreas, há necessidade de mudar de marcha – passando a uma abordagem mais vigorosa, imaginosa e concertada – e não de simplesmente afundar o acelerador.

A secção seguinte examina o progresso em relação a cada um dos 12 indicadores substitutos e faz distinção entre os objectivos que estão na senda certa, os que podem ser atingidos e aqueles que exigem esforços muito reais e especiais.

## PROGRESSO NO CAMINHO CERTO

Três dos objectivos de eficácia da ajuda podem ser atingidos até 2010 (ver todas as definições no Apêndice F).

■ **INDICADOR 4** – *A cooperação técnica é alinhada e coordenada.* O objectivo deste indicador é assegurar que pelo menos a metade de toda a cooperação técnica seja coordenada e alinhada com os programas de desenvolvimento de capacidade dos países parceiros. A Pesquisa de 2008 mostra que o alvo para este indicador já foi atingido – e ultrapassado. O indicador 4 progrediu, de 48% em 2005 para 60% em 2007, reflectindo alguns melhoramentos na planificação da cooperação técnica (Capítulo 3). Até certo ponto, porém, o progresso relativo a este indicador é ilusório, não devendo, por isso, levar a uma redução dos esforços. O desempenho espectacularmente bom se deve em parte a uma definição (ou a uma meta) de cooperação técnica coordenada que poderia ter sido mais ambiciosa. A linha basilar de 2005, em 48%, já estava muito próxima da meta de 50%. Mesmo os modestos melhoramentos verificados desde 2005 são significativamente amplificados pelo

gráfico. Por motivos explicados no Capítulo 3, há necessidade, portanto, de desenvolver uma compreensão melhor de como a cooperação técnica pode contribuir mais efectivamente para os esforços de desenvolvimento de capacidade dos países.

■ **INDICADOR 2A** – *Os sistemas de gestão das finanças públicas são confiáveis.* O objectivo deste indicador é medir e incentivar melhoramentos nos sistemas de gestão de recursos públicos – internos e externos – nos países em desenvolvimento. Este indicador traz notícias encorajadoras, uma vez que 36% dos países da amostra (10 de 28 países que tomaram parte nas pesquisas de 2006 e 2008) melhoraram a qualidade de seus sistemas de gestão das finanças públicas. A meta acordada é que a metade dos países parceiros melhore sua pontuação. Portanto, os países parceiros já passaram, com relação a esta medida, da metade do caminho rumo ao objectivo.

■ **INDICADOR 8** – *A ajuda está cada vez mais desligada.* O desligamento da ajuda é uma importante área de melhoramento real e substancial, de acordo com as cifras comunicadas para a pesquisa pelo Comité de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE. A ajuda desligada cresceu de 75% em 2005 para 88% em 2006<sup>iv</sup>. A meta para este indicador é aumentar a ajuda não vinculada, ao correr do tempo (sem ter um alvo numérico, como têm os outros indicadores).

## METAS QUE REQUEREM ESFORÇOS MAS PODEM SER ATINGIDAS

Três outros objectivos para 2010 podem ser atingidos, desde que sejam significativamente intensificados os esforços no nível de países.

■ **INDICADOR 6** – *Os doadores evitam unidades de implementação paralelas (UIPs).* O objectivo deste indicador é encorajar os doadores a fazer uso cada vez maior de sistemas dos países e evitar o uso de UIPs, que tendem a minar a

capacidade dos países de envidar esforços de desenvolvimento. Desde 2005, o reservatório total de UIPs registadas nos 33 países diminuiu de uma forma significativa, caindo de 1817 em 2005 para 1601 em 2007. O alvo é diminuir em dois terços o total de UIPs até 2010 (611 unidades paralelas). Desde que não sejam criadas novas UIPs, o limitado ciclo de vida destas unidades significa que o reservatório tenderia a diminuir naturalmente até 2010. Acelerar o ritmo da mudança, contudo, implicará o início de uma discussão franca, no nível de país, sobre o papel apropriado das UIPs e sobre como podem elas apoiar a execução de projectos sem minar os esforços de desenvolvimento de capacidade dos países. Os indícios estão a mostrar que, actualmente, pouco está a acontecer no terreno para reduzir o número de unidades paralelas de gestão de projectos.

■ **INDICADOR 3** – *AOs fluxos de ajuda são registados rigorosamente nos orçamentos nacionais.* O objectivo deste indicador é melhorar a transparência e a responsabilização, mediante o encorajamento aos países parceiros e doadores no sentido de que seja registado rigorosamente nos orçamentos nacionais o máximo possível de ajuda, para que esta possa ser perscrutada pelos parlamentos. O país médio já melhorou o realismo do orçamento, de cerca de 42% em 2005 para cerca de 48% em 2007. Isto, contudo, representa uma melhoria consideravelmente marginal, em comparação com a meta geral acordada, de que pelo menos 85% deste tipo de ajuda sejam acuradamente captados no orçamento. Há necessidade de mais trabalho no nível de país sobre melhoramento das modalidades de escrituração da ajuda externa e, no nível internacional, sobre boas práticas gerais nesta área.

■ **INDICADOR 7** – *A ajuda é mais previsível dentro do ano em que é programada.* O objectivo é duplo. Primeiro, e antes de mais nada, esti-

mular o desembolso de fundos dentro do ano em que são programados. Segundo, encorajar o registo de desembolsos pelas autoridades dos países parceiros. Ambos estes objectivos exigem boa cooperação entre autoridades dos doadores e parceiros. Verificou-se, no país médio, certa melhoria do indicador de previsibilidade, de 41% em 2005 para 46% em 2007. Contudo, para que seja atingida até 2010 a meta de 71%, a proporção de ajuda desembolsada dentro do exercício fiscal para o qual é programada terá de crescer consideravelmente. Isto requer uma considerável aceleração do ritmo de progresso.

### METAS QUE EXIGEM ESFORÇOS MUITO ESPECIAIS

Seis dos objectivos de Paris estão descarrilados e serão difíceis de atingir, a menos que os países parceiros e doadores intensifiquem muito seriamente os seus esforços.

■ **INDICADOR 1** – *Os países têm estratégias de desenvolvimento operacionais.* Este indicador incentiva os países parceiros a formular estratégias de desenvolvimento que sejam mais operacionais e eficientes na realização de suas próprias metas de desenvolvimento. Registou-se progresso em um número razoável de países na pesquisa de 2008, não sendo, porém, de maneira alguma, suficiente para colocar a meta acordada ao seu alcance. Os países com estratégias operacionais sólidas aumentaram de 13% para 20%, mas teriam de subir a 75% até 2010. Um elemento em particular da operacionalização das estratégias nacionais vem-se mostrando difícil de obter, qual seja a vinculação da estratégia à alocação de recurso através do orçamento nacional.

■ **INDICADORES 5A E 5B** – *Os doadores usam sistemas nacionais de GFP e sistemas nacionais de aprovisionamento.* O objectivo é encorajar os doadores a fazer cada vez maior uso de sistemas dos países, antes que dos próprios doa-

dores, para gestão da ajuda. O progresso em relação a este indicador, embora positivo (+4 a 5 pontos percentuais de aumento), é muito modesto em comparação com os níveis-meta, que pedem que nada menos de 80% da ajuda usem sistemas dos países. Há certa indicação de aumento do uso de disposições para execução orçamentária dos países por doadores que não usam apoio orçamental directo, o que constitui, se confirmado, uma tendência importante. No geral, porém, a disposição dos doadores de usar sistemas dos países não parece estar mais estreitamente correlacionada com a qualidade dos sistemas do que na pesquisa anterior.

■ **INDICADOR 9** – *Os doadores usam mecanismos coordenados para prestação da ajuda.* Este indicador mede a extensão em que a ajuda é prestada no contexto dos Abordagens Baseadas em Programas (ABP). A variação, de 2005 a 2007, indica pouco progresso, de 43% para 46%, reflectindo, em parte, definições mais rígidas de enfoques de base programática. A julgar pela evidência qualitativa, o uso de ABP continuou a progredir, embora a um ritmo que sequer se aproxima do necessário para atingir a meta de dois terços de prestação da ajuda dessa maneira até 2010.

■ **INDICADORES 10A E 10B** – *Os doadores coordenam suas missões e seus estudos de país.* Segundo os resultados da pesquisa, tem-se verificado uma adopção algo mais ampla de missões conjuntas e de estudo analítico por países, mas o aumento, em ambos os casos, é questão de uns poucos pontos percentuais. A proporção de actividades conjuntas continua a pairar à volta de 20% para missões e 40% para estudos analíticos, ao passo que as metas respectivas são de 40% e 66%. A lacuna a ser preenchida é muito significativa.

■ **INDICADOR 11** – *Os países desenvolvem estruturas firmes para aferição de resultados do desenvolvimento.* O número de países com sólidos

esquemas de avaliação orientados por resultados cresceu de 5% (dois países) para 7,5% (três países). A meta, porém, é 35%. Assim, tornar-se-á necessária uma enorme mudança de ritmo para que se possa cumprir o compromisso de melhorar o processo decisório para o desenvolvimento.

■ **INDICADOR 12** – *Mecanismos para responsabilização mútua são estabelecidos no nível de país.* Este indicador mostra se os países possuem ou não mecanismos para revisão mútua de compromissos de parceria. A meta para 2010 é que todos os países parceiros contem com tal mecanismo. A pesquisa verificou que o número de tais mecanismos não aumentou, embora o número de países que dela participaram haja crescido. Isto dá a entender que se perdeu grande parte do ímpeto na implantação de responsabilização recíproca por compromissos de parceria no nível de país.

## COMO FOI GERIDA A PESQUISA?

A pesquisa sobre monitorização foi preparada para impulsionar a agenda da eficácia da ajuda, particularmente pelo fornecimento de meios tangíveis de promovê-la no nível de país.

Há significativas indicações de que as pesquisas de 2006 e 2008 foram úteis para a promoção no nível de país dos compromissos assentados na Declaração de Paris. Ambas ajudaram a gerar um senso comum de finalidade no nível de país, com respeito às acções que se fazem necessárias para melhorar a eficácia da ajuda com o passar do tempo. Três importantes aspectos da pesquisa ajudaram a obter estes resultados:

— *A participação na pesquisa é de carácter estritamente voluntário.* Os próprios países determinaram o valor de organizar uma pesquisa, ponderando os benefícios esperados contra seus altos custos de transacção. O número de países envolvidos nos exercícios de monitorização subiu de 34 para 53, mostrando que isto parece ter tido forte apoio dos países

parceiros. O aumento da cobertura de países não só vem a produzir dados mais robustos, como também significa que a pesquisa de 2008 é mais representativa no que diz respeito à distribuição geográfica, aos níveis de dependência da ajuda e aos países em situação frágil. Encontram-se no Capítulo 6 mais informações sobre estes países.

— *A pesquisa é gerida no nível de país por um alto funcionário governamental, o chamado Coordenador Nacional.* O princípio de identificação nacional está firmemente inculcado no desenho da pesquisa. O Coordenador Nacional tem a responsabilidade geral pela gestão da pesquisa de 2008, procurando assegurar que o governo e os doadores estejam plenamente informados e envolvidos no processo. O Coordenador Nacional tem assistência de um ou mais representantes dos doadores.

— *A pesquisa é baseada e simula um diálogo de base ampla no nível de país.* A pesquisa não diz respeito somente à recolha de dados para os 12 indicadores. Diz respeito também, o que é mais importante, à construção de uma compreensão comum dos desafios e acções necessárias para melhorar a eficácia no nível de país. Esse diálogo abrange toda uma gama de interessados, inclusive a comunidade geral do desenvolvimento e actores-chave da sociedade civil. Os achados de país são apresentados em capítulos separados no Segundo Volume deste relatório (750 páginas).

Embora a pesquisa tenha tido firmes raízes no diálogo no nível de país, foram levadas a cabo importantes acções no nível internacional para ajudar no processo:

— Foram elucidadas a orientação e as definições padrão dos indicadores, a fim de que as respostas fossem mais consistentes, bem como de facilitar o preenchimento dos questionários da pesquisa. A orientação e as definições são apresentadas nos Apêndices E e F.

— A OCDE, o PNUD e o Banco Mundial criaram uma Central de Ajuda internacional e um website especial para responder a perguntas. Muitas perguntas e respostas frequentes foram postas à disposição do público num website especial.

— Foram organizados cinco seminários para apoiar e informar os Coordenadores Nacionais sobre o processo da pesquisa. Os seminários reuniram 250 participantes de 70 diferentes países em desenvolvimento.

### ALCANCE E LIMITES DAS PESQUISA SOBRE MONITORIZAÇÃO

O Relatório Geral não contém dados não processados mas apresenta as conclusões que seria razoável tirar de um corpo de informações inevitavelmente imperfeito, dada a diversidade e complexidade das relações de ajuda existentes no nível de país. Nem atribui peso excessivo a qualquer dado estatístico isolado, perguntando, ao contrário, o que é indicado pelo corpo de provas combinado que pode ser reunido para esclarecer cada ponto.

Para a maioria dos indicadores, os principais achados baseiam-se numa análise da informação quantitativa e nas observações qualitativas dos coordenadores nacionais, envolvidos em produtivas discussões e reflexões no nível de país. Em muitos casos, as discussões sobre os achados da pesquisa deflagraram acirrado debate entre países parceiros e doadores sobre a situação dos esforços para melhorar a eficácia da ajuda.

As conclusões baseiam-se numa cuidadosa consideração das informações provenientes de cada país, bem como dos dados agregados contidos nos anexos estatísticos do Relatório Geral (Apêndices A, B e C). Para os indicadores pertinentes ao senso de propriedade nacional e aos sistemas dos países, a análise baseia-se principalmente em informações recolhidas separadamente pelo Banco Mundial, mormente a resenha resumida no relatório *Results-Based*

*National Development Strategies: Assessment and Challenges Ahead*<sup>v</sup>.

Além dos relatórios de país, o Relatório Geral faz uso e extrai benefícios de um crescente corpo de análises qualitativas que não estava disponível em 2005. Nisto se incluem o relatório da OCDE sobre o uso de sistemas de gestão das finanças públicas dos países<sup>vi</sup> e o trabalho de análise levado a cabo por altos funcionários orçamentistas africanos sobre inclusão da ajuda no orçamento<sup>vii</sup>. Os achados decorrentes destes e de outros estudos profundos estão claramente indicados nos capítulos subsequentes.

É importante recordar o alcance e os limites da pesquisa sobre monitorização. A pesquisa é construída em torno de uma estreita análise dos 12 indicadores de progresso e metas acordadas sobre eficácia da ajuda. Estes 12 indicadores procuram oferecer uma variável substituta para avaliação dos cinco princípios de eficácia da ajuda, que se relacionam com senso de propriedade, alinhamento, harmonização, gestão visando resultados e responsabilização mútua. Uma das limitações da pesquisa é o facto de estar estreitamente concentrada nestes 12 indicadores, que constituem medidas indirectas, ou “substitutas”, que não reflectem toda a gama e toda a profundidade dos 56 compromissos de parceria incluídos na Declaração de Paris.

Há evidente preocupação quanto ao facto de que os indicadores e metas acabarão por assumir importância própria e se converter numa barreira ao pensamento rigoroso e à prática inovadora visando atingir o objectivo maior, da eficácia da ajuda. Já existem algumas indicações de que isto está a acontecer<sup>viii</sup>. Para atenuar este problema, o Relatório Geral procura não se concentrar muito estreitamente nos indicadores e metas. Quando há indícios disponíveis de fontes não ligadas à pesquisa, faz-se uso deles para melhor esclarecer as possíveis implicações da pesquisa em matéria de políticas.

Pode não ser razoável esperar que o progresso no quinquénio de 2005 a 2010 venha a ser linear, mantendo-se o mesmo ritmo de mudança por todo o período. Quanto a alguns indicadores, as melhorias podem tornar-se possíveis somente com a expiração de acordos plurianuais existentes e a introdução de novos programas que reflectam as ideias mais recentes. Como o curso de um grande navio, o desempenho só pode responder a mudanças de rumo depois de certo intervalo. De igual forma, mesmo na hipótese de um início lento seguido por um incremento do ritmo de mudança, dever-se-ia ter registado mais progresso entre 2005 e 2007. Embora alguns países tenham logrado considerável progresso, outros estão a reclamar acção urgente. ■



---

# PRINCIPAIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES

Até que ponto é eficaz a assistência externa aos países para ajudá-los a atingir seus objectivos de desenvolvimento? Algumas das respostas podem ser encontradas neste relatório de pesquisa. A *Pesquisa de 2008 sobre Monitorização da Declaração de Paris* avalia o progresso obtido em 54 países parceiros e nos ajuda a compreender os desafios de tornar a ajuda mais eficaz na promoção do desenvolvimento. Os achados são claros: está havendo progresso, mas não com suficiente rapidez. A menos que incrementem seriamente seus esforços, os países parceiros e seus associados externos não poderão cumprir seus compromissos internacionais nem atingir suas metas para uma ajuda eficaz até 2010. É necessário agir agora. Este relatório oferece três recomendações sobre política de alto nível que virão acelerar o progresso e transformar a relação assistencial numa parceria plena.

## ■ MONITORIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PARIS

Quando aprovaram a *Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda*, em 2005, os países doadores e parceiros estavam unidos por um objectivo comum: formar parcerias mais fortes e mais efectivas que permitissem aos países parceiros atingir suas próprias metas de desenvolvimento.

Concordaram também em se responsabilizarem mutuamente por lograr progressos em relação aos compromissos e metas ajustados em Paris, mediante a monitorização da sua aplicação. Este relatório apresenta achados, conclusões e recomendações resultantes de dois ciclos de monitorização, em 2006 e 2008.

Estes achados baseiam-se num corpo de prova muito amplo e representativo. Para este segundo ciclo de monitorização, 54 países parceiros prontificaram-se a organizar a pesquisa no seu próprio território – um incremento considerável em comparação com a pesquisa de 2006. Participação mais ampla significa que os achados da pesquisa se baseiam num conjunto de dados mais fiável e representativo: mais da metade de toda a ajuda proporcionada aos países receptores em 2007 – quase USD 45 bilhões – é registada na pesquisa de 2008<sup>ix</sup>.

A qualidade dos dados também melhorou significativamente desde 2005. Os dados procedem

principalmente dos 54 relatórios nacionais, que avaliam os desafios e oportunidades de implementar a Declaração de Paris no nível de país. Todos estes relatórios foram preparados por altas autoridades dos governos nacionais na área do desenvolvimento, em estreita consulta com as representações dos países doadores e elementos-chave da sociedade civil. Os achados de país são apresentados como capítulos isolados, num volume separado que está disponível em linha no endereço em [www.oecd.org/dac/effectiveness](http://www.oecd.org/dac/effectiveness).

Além dos relatórios de país, este Relatório Geral se beneficia também de um crescente conjunto de análises qualitativas que não estava disponível em 2005. Isto inclui a Avaliação da Declaração de Paris<sup>x</sup>, o próximo relatório da OCDE sobre o uso de sistemas de gestão financeira dos países<sup>xi</sup> e o trabalho de análise apoiado pelos altos funcionários africanos da área orçamental sobre inclusão da ajuda no orçamento<sup>xii</sup>. Os achados provenientes destes e de outros estudos pertinentes são claramente indicados no relatório.

Que nos diz a pesquisa sobre a situação geral em 2008?

## ■ ESTÁ HAVENDO PROGRESSO, MAS NÃO COM SUFICIENTE RAPIDEZ

Há indícios claros de que estamos obtendo lento progresso na maioria dos países e na maior parte das áreas cobertas pela pesquisa (ver Capítulo 1).

A primeira constatação, muito encorajadora, está relacionada com o próprio processo da pesquisa. Esta ajudou a impulsionar compromissos ajustados no nível de país na Declaração de Paris. Ajudou a gerar um senso de objectivo comum no nível de país, com relação a acções que se fazem necessárias para melhorar a eficácia da ajuda externa ao correr do tempo. E ao fazer isso, estimulou o diálogo entre os países em desenvolvimento, a comunidade de doadores e os actores principais da sociedade civil.

O valor da pesquisa como instrumento para uma responsabilização ampla no nível de país é corroborado pelo fato de que um crescente número de países se prontificou a tomar parte na pesquisa de 2008 – em menos de dois anos, 20 novos países decidiram monitorizar a eficácia da ajuda que recebem.

Outro achado animador é que, em quase todas as medidas de eficácia da ajuda, tem-se verificado progresso – ainda que muito desigual – desde 2005. Para três dos indicadores, houve notáveis melhorias em relação às metas para 2010:

- 36% dos países parceiros (10 dos 28 países incluídos na pesquisa) acusaram melhorias na qualidade dos sistemas nacionais de gestão das finanças públicas (indicador 2a). A meta para este indicador em 2010 – 50% de todos os países melhoram seu resultado em 2010 – tem boas condições de ser atingida.
- A ajuda aos países parceiros está cada vez menos vinculada (indicador 8). A proporção de ajuda não vinculada subiu de 75% em 2005 para 88% em 2008.
- A cooperação técnica dos doadores também está mais coordenada e alinhada com os programas de desenvolvimento de capacidade dos próprios países (indicador 4), tendo subido de 48% em 2005 a 60% em 2007 e ultrapassado a meta de 50% para 2010.

Contudo, outras indicações da pesquisa mostram também claramente que o ritmo do progresso é demasiadamente lento. *Sem reforma adicional e acção mais rápida, não atingiremos as metas de melhoria da qualidade da ajuda até 2010.* Para atingir as metas, será necessário não só acelerar o

ritmo de progresso mas também modificar significativamente a nossa maneira de fazer negócios.

O relatório faz três recomendações sobre políticas de alto nível que ajudarão a acelerar o progresso no futuro próximo e transformar o relacionamento assistencial numa parceria plena.

#### ■ RECOMENDAÇÃO 1 :

*Intensificar sistematicamente os esforços para usar e fortalecer os sistemas dos países como meio de fortalecer o senso de propriedade nacional.*

A principal recomendação sugerida pelo relatório da pesquisa é que os países parceiros e doadores trabalhem juntos, muito mais arduamente, para melhorar os sistemas dos países para gestão de todos os recursos do desenvolvimento – quer nacionais, quer externos.

A pesquisa ficou centrada em quatro destes sistemas de país: o valor operativo das políticas nacionais de desenvolvimento (indicador 1); a qualidade da gestão das finanças públicas nacionais (indicador 2a); os sistemas públicos de provisionamento (indicador 2b); e os sistemas de monitorização dos resultados em matéria de desenvolvimento (indicador 11).

Embora haja um interesse comum no fortalecimento de todos estes sistemas de país, as metas geram diferentes compromissos tanto para os países parceiros como para os doadores.

#### FORTELECIMENTO DOS SISTEMAS DOS PAÍSES.

A pesquisa mostra que os países parceiros lograram progresso desigual na melhoria da qualidade geral dos respectivos sistemas. O expressivo progresso registado na melhoria da gestão de fundos públicos (indicador 2a), lamentavelmente, não teve contrapartida noutras áreas.

*Menos de 25% dos países da pesquisa tinham estratégias nacionais de desenvolvimento claramente vinculadas aos respectivos orçamentos nacionais (indicador 1). A meta para 2010 é de 75%. Progredir com vistas a este indicador vai exigir, em particular, melhoria da vinculação da estratégia com a alocação de recursos através do orçamento nacional (Capítulo 2).*

*Menos de 10% dos países contam com um sólido arcabouço para monitorar e avaliar os resultados do desenvolvimento. Embora se haja registado certo progresso desde 2005, será necessário um esforço enorme para atingir a meta de 35% para 2010 (Capítulo 5).*

#### USO DE SISTEMAS DOS PAÍSES.

Os doadores comprometeram-se na Declaração de Paris a apoiar projectos de desenvolvimento pertencentes aos países, mediante o uso de sistemas dos países para administrar a ajuda ao máximo possível. Para tanto, foram designados indicadores e estabelecidos alvos para dois destes sistemas: gestão das finanças públicas (indicador 5a) e aprovisionamento público. Os doadores concordaram em canalizar mais ajuda através dos sistemas de país, quando estes sejam de melhor qualidade.

Os achados da pesquisa de 2008 chegaram a *três conclusões muito importantes* sobre o uso de sistemas dos países (Capítulo 3).

*Primeiro, em média, apenas 45% da ajuda em apoio ao sector público usam os sistemas de gestão financeira dos países e apenas 43% usam sistemas públicos de aprovisionamento.* Estas médias globais, contudo, ocultam significativas variações entre países – com uma variação que vai de 3% na República Democrática do Congo e no Sudão a 71% em Bangladesh e na Tanzânia.

Segundo, registou-se relativamente pouco progresso no uso de sistemas dos países desde 2005. Nos 33 países cujo progresso pode ser medido, o uso de sistemas nacionais acusou apenas 4% a 5% de crescimento. Verificaram-se progressos significativos, entretanto, em países como a República Dominicana, Honduras, Vietname e Zâmbia, onde o uso de sistemas nacionais teve um crescimento superior a 25 pontos percentuais desde 2005.

*Finalmente, não há fortes indícios a aventar que os doadores fazem maior uso de sistemas dos países em países onde tais sistemas são de boa qualidade.* Tome-se, por exemplo, o caso dos 12 países que acusaram maior número de pontos para a qualidade dos sistemas de gestão das finanças públicas (incluindo-se nisto países que registaram 4,0

pontos para o indicador 2a). Nesses países, a média de uso de sistemas de gestão financeira dos países varia de 17% na Mongólia a 71% na Tanzânia.

#### TRÊS SUB-RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS.

Em última análise, deve ser primeira prioridade dos países parceiros e dos doadores usar e fortalecer as políticas e os sistemas dos países, como meio de infundir real senso de propriedade do país.

Isto exigirá uma séria intensificação dos esforços de todas as partes. Tomando por base o já mencionado relatório da OCDE sobre o Uso de Sistemas dos Países, apresentam-se três recomendações específicas:

1. *Os países parceiros devem tomar a dianteira no fortalecimento de seus próprios sistemas.* É responsabilidade de cada país assumir a liderança de seus processos de desenvolvimento, avaliando a qualidade de seus sistemas e formulando uma sólida estratégia para pôr em prática as reformas e priorizá-las.

2. *Os doadores devem equipar-se melhor para atender a seus compromissos quanto ao uso e fortalecimento dos sistemas dos países.* Os doadores devem adoptar políticas claras e estabelecer mecanismos de incentivo para uso de sistemas dos países que reflectam os respectivos mandatos e diferente tolerância a riscos, em troca de resultados pertinentes ao desenvolvimento.

3. *Os países parceiros e doadores devem trabalhar juntos, no nível de país, para operacionalizar o seu compromisso de utilizar e fortalecer os sistemas nacionais.* É no nível de país que se há de fazer real progresso na formulação de estratégias e planos realistas para fortalecimento e uso de sistemas dos países em consonância com os compromissos internacionais.

#### ■ RECOMENDAÇÃO 2 : Fortalecimento do senso de responsabilidade pelos recursos para o desenvolvimento

Esta recomendação fundamental baseia-se numa importante observação: linhas de responsabi-

lização fortes geram poderosos incentivos, que vêm melhorar a maneira de gerir os recursos de desenvolvimento no nível de país. Isto implica não só menor dependência da responsabilização dos doadores como também fortalecimento dos sistemas de responsabilização dos países.

Para isso, a atenção se deve centrar em dois diferentes níveis: a responsabilização interna quanto ao uso dos recursos para o desenvolvimento e a responsabilização recíproca entre países parceiros e doadores.

#### RESPONSABILIZAÇÃO INTERNA.

A Declaração de Paris pede que os países parceiros dêem contas do uso que fazem dos recursos de desenvolvimento – inclusive recursos externos – aos respectivos parlamentos e cidadãos. Uma maneira identificada pela Declaração de Paris para fazer isso vem através dos orçamentos nacionais dos países.

Fortalecer a credibilidade do orçamento como instrumento para gerir a distribuição e utilização de recursos de desenvolvimento é importante, não só em si mesmo, mas também como meio de melhorar o alinhamento dos doadores com as políticas nacionais. Para isto, a pesquisa afere o realismo dos orçamentos, medindo a proporção de fluxos totais de ajuda registados nos orçamentos nacionais (indicador 3). Como na Pesquisa de 2006, o relatório mostra que, embora se haja registado certo progresso, *menos da metade de toda a ajuda é registada nos orçamentos nacionais dos países* (Capítulo 5). O alvo para 2010 é de 85%.

Os doadores e as autoridades sistemas dos países dividem a responsabilidade por esta situação. Os fluxos de ajuda externa só podem ser registados com precisão nas estimativas orçamentárias do país se forem comunicados pelos doadores de uma forma oportuna e apropriada. Ao mesmo tempo, é preciso que as autoridades nacionais prestem maior atenção à apresentação, aos respectivos parlamentos, de propostas orçamentárias que abranjam mais realisticamente todos os fluxos de ajuda.

A pesquisa examina também a previsibilidade dos fluxos de ajuda dentro de um ano (indicador

7). A falta de previsibilidade da ajuda põe em significativo risco a capacidade de um país de planejar e prestar contas dos seus recursos aos seus cidadãos. O indicador 7 mede o volume da ajuda que foi desembolsada – e registada – dentro do ano para o qual foi programada. A pesquisa de 2008 mostra que somente 46% da ajuda foram desembolsados de acordo com os programas registados nos sistemas orçamentários dos países. A meta para 2010 é de 71%.

#### RESPONSABILIZAÇÃO RECÍPROCA.

A Declaração de Paris pedia que países parceiros e doadores prestassem contas uns aos outros com relação ao seu compromisso de melhorar a qualidade da ajuda. Para tanto, ficou assentado que, até 2010, todos os países parceiros deveriam ter implantado mecanismos para verificar a implementação dos compromissos assumidos sobre eficácia da ajuda. *A pesquisa mostra que, em 2007, apenas 24% dos países que nela tomaram parte haviam implantado mecanismos dessa natureza* (Capítulo 5).

Desde 2005, não houve grande progresso no estabelecimento de mais mecanismos para revisão mútua. Devido a isto, será difícil atingir a meta acordada sem substanciais esforços adicionais, inclusive no nível internacional.

#### DUAS SUB-RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS.

O relatório da pesquisa faz duas recomendações que virão fortalecer a responsabilização no fornecimento de recursos para o desenvolvimento :

1. *Os países parceiros e doadores devem intensificar seus esforços para implantar, em todos aqueles que hajam endossado a Declaração de Paris, mecanismos para prestação de contas recíproca.* Para ajudar neste processo, a comunidade internacional deve documentar e disponibilizar boas práticas que capturem uma ampla gama de práticas de diferentes países.

2. *Os países parceiros e doadores precisam trabalhar no nível de país para desenvolver processos orçamentários que reflectam mais realisticamente as deficiências da ajuda.* Para ajudar neste processo, a comunidade internacional deve estabelecer boas práticas de registo da

ajuda externa nos orçamentos e sistemas contabilísticos, apoiando-se, por exemplo, no trabalho em curso sob os auspícios de altos funcionários orçamentistas africanos (CABRI).

### ■ RECOMENDAÇÃO 3 :

#### Gestão efectiva da ajuda externa em relação ao custo

A redução dos custos de transacção da prestação de ajuda aos países parceiros é um dos objectivos fundamentais da Declaração de Paris.

A Pesquisa de 2008 mostra claros indícios de que o custo da gestão da ajuda continua sendo elevado para os países parceiros e doadores. Ademais, numa situação em que os negócios prosseguem normalmente, pode-se contar com uma elevação significativa destes custos no futuro próximo, com o incremento do volume de ajuda e a entrada em cena de novos actores do desenvolvimento.

Em 2007, apenas 46% dos fluxos de ajuda foram proporcionados através dos arranjos comuns, tais como os Enfoques de Âmbito Sectorial, os chamados enfoques baseados em programas (indicador 9). O alvo para 2010 é de 66%.

Mais de 14 000 missões de doadores foram enviadas aos 54 países que tomaram parte nesta pesquisa (indicador 10a). Somente no Vietname, realizaram-se 752 missões de doadores em 2007 – mais de três missões por dia útil! Destas missões, houve coordenação de menos de uma em cinco com outro doador.

Observa-se um quadro semelhante em estudos e relatórios preparados no nível de país a pedido dos doadores (indicador 10b).

#### DUAS SUB-RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS.

O relatório da Pesquisa faz duas recomendações específicas, que ajudarão a conter dramaticamente os custos de transacção:

1. *Os países doadores envidam seus esforços para aumentar a ajuda, mediante enfoques baseados em programas, e se concentram numa divisão do trabalho mais eficaz.* Para ajudar neste processo, os doadores devem trabalhar na busca de

uma maior complementaridade e divisão do trabalho no nível de país.

2. *Os países doadores devem intensificar seus esforços para reduzir o número de missões e trabalho analítico por país não coordenados.* Os doadores devem encorajar políticas que facilitem uma redução do número total tanto de missões aos países como de missões conjuntas.

### ■ CONCLUSÕES

Para modificar as práticas da ajuda internacional, precisamos reformular comportamentos profundamente arraigados. Estas mudanças no processo de desenvolvimento e a natureza das relações de ajuda requerem tempo, atenção concentrada e vontade política decidida. Não é fácil modificar leis, regulamentos, instituições, práticas e estados de espírito. Velhos hábitos não morrem facilmente.

Não obstante, os resultados da pesquisa de 2008 mostram avanços significativos em alguns países e regiões, *confirmando que é possível obter mudanças reais quando se envidam esforços conjuntos de forma resoluto.* Este progresso, contudo, não é uniforme entre diferentes países e doadores, e muitos ainda não registam mudança alguma com relação à linha de referência estabelecida em 2005.

É evidente que a lentidão característica do processo de desenvolvimento pode causar demoras; e que muitas melhorias só se tornarão visíveis ao expirarem antigos acordos e se formularem novos programas. Ainda assim, a mensagem da pesquisa é clara: será necessário acelerarmos consideravelmente a mudança, se quisermos atingir os alvos estabelecidos para 2010. Isto implica mais do que simplesmente pisar mais firme no acelerador. É preciso engrenar outra marcha.

Há necessidade de esforços mais determinados e consistentes, para converter princípios em acções. No geral, os resultados da Pesquisa devem servir como um toque de alvorada. Eles nos dizem de maneira muito clara que a mesma coisa tem poucas probabilidades de ser suficiente para levar à transformação que a Declaração de Paris contempla.

**RECOMENDAÇÃO 1: INTENSIFICAR SISTEMATICAMENTE OS ESFORÇOS PARA USAR E FORTALECER OS SISTEMAS DOS PAÍSES COMO MEIO DE FORTALECER O SENSO DE PROPRIEDADE NACIONAL**

**Estratégias Operacionais de Desenvolvimento**

**ACHADOS PRINCIPAIS**

- Apesar do progresso obtido, os países não estão no caminho certo para atingir os alvos acordados para a operacionalização das estratégias de desenvolvimento. Os países com estratégias bem fundamentadas aumentaram de 13% para 20%. A meta, contudo, continua distante, aos 75%.
- Tem se mostrado particularmente difícil de conseguir a implantação de mecanismos que liguem a formulação e execução de orçamentos a estratégias nacionais, prioridades normativas e informação sobre resultados.

**ACÇÕES RECOMENDADAS**

- Os formuladores de políticas de grau sénior nos países parceiros, tanto como nos doadores, devem continuar indicando claramente a **importância de converter estratégias em planos** de acção com prioridades e sequenciação bem definidos.
- Cumpre-lhes dar forte ênfase ao princípio de vincular os orçamentos a prioridades políticas de médio prazo, reconhecendo, porém, explicitamente, que não é predefinida a forma pela qual a vinculação é obtida.

**Qualidade e Uso de Sistemas dos países**

**ACHADOS PRINCIPAIS**

- Verificou-se pouco movimento geral nos indicadores de alinhamento durante o período 2005-2007, com excepção do desligamento.
- Os países melhoraram a qualidade dos seus sistemas de GPF, de acordo com a Avaliação de Políticas e Institucional dos Países (CPIA), do Banco Mundial, dado que 36% dos países da amostra melhoraram a qualidade dos respectivos sistemas.
- Apesar, porém, da melhoria de qualidade, o uso de sistemas dos países continua fraco e não mostrou progresso significativo desde 2005.

**ACÇÕES RECOMENDADAS**

- Os organismos doadores na área de políticas deveriam abordar de uma forma completa os incentivos e procedimentos que limitam a sua capacidade de cumprir os compromissos assumidos na Declaração de Paris, particularmente sobre uso de sistemas dos países.
- Deve-se proporcionar aos oficiais no terreno melhor orientação sobre como e quando usar sistemas dos países e qual a melhor maneira de usar sistemas nacionais para diferentes modalidades de implementação, inclusive para apoio a projectos.
- O pessoal de campo deve entrar num diálogo estruturado com as autoridades nacionais sobre os obstáculos restantes à completa abolição de unidades paralelas de execução de projectos.

**Fortalecimento e Apoio à Capacidade dos Países**

**ACHADOS PRINCIPAIS**

- Embora a pesquisa de 2008 mostre que foi atingido o alvo para este indicador, a cuidadosa análise dos resultados mostra que o progresso continua moderado. Em particular, as intervenções são frequentemente de carácter ad hoc e não são bem priorizadas ou sequenciadas.
- Alguns aspectos do alinhamento, como o desenvolvimento de capacidade, estão a acusar pouco avanço, por ser limitada a compreensão do que é o compromisso de Paris nesta matéria.

**ACÇÕES RECOMENDADAS**

- Deve-se levar a cabo mais trabalho sobre priorização e comunicação de objectivos do desenvolvimento de capacidade e sobre como assegurar que as intervenções não sejam casos isolados, mas sim institucionalizadas dentro de uma estratégia liderada pelos parceiros.
- Deve-se tomar uma iniciativa de alto nível para relançar e disseminar amplamente o conceito de pensamento estratégico liderado por país, da Declaração de Paris, sobre equacionamento de défices de capacidade.

## RECOMENDAÇÃO 2: FORTALECIMENTO DO SENSO DE RESPONSABILIDADE PELOS RECURSOS PERTINENTES AO DESENVOLVIMENTO

### ACHADOS PRINCIPAIS

- Registou-se em 2007 ligeiro incremento do realismo orçamental, de 42% para 48%. Em alguns países, foram instituídos mecanismos que possibilitam a inclusão no orçamento de cifras detalhadas de ajuda.
- No geral, porém, o progresso é marginal em comparação com o que é preciso levar a cabo para que a meta de 85% seja atingida.
- Da mesma forma, a previsibilidade da ajuda, embora haja acusado pequeno aumento, continua muito aquém da meta estabelecida em Paris (45% actualmente, com a meta fixada em 71%). O progresso é dificultado tanto por não-desembolso e desembolso excessivo por parte dos doadores como por falta de capacidade governamental para registar a ajuda externa no orçamento.

### ACÇÕES RECOMENDADAS

- Há necessidade de mais trabalho no nível de país para melhorar a maneira em que a ajuda é registada.
- Em particular, é preciso que os países parceiros contem com estratégias bem articuladas para gestão da ajuda, bem como de um cronograma bem definido de planeamento e orçamentação, a fim de integrar a gestão da ajuda nos processos de planeamento e orçamentação.
- É preciso fortalecer os mecanismos para notificar e registar desembolsos feitos pelos doadores.
- É preciso que os doadores sejam mais realistas com relação ao ritmo de execução de programas.
- Os doadores devem proporcionar informações sobre o fluxo de ajuda que sejam vinculadas ao exercício fiscal do governo, ao calendário governamental de planeamento e orçamentação e às classificações orçamentárias governamentais.

Responsabilidade e Previsibilidade dos Recursos para o Desenvolvimento

### ACHADOS PRINCIPAIS

- Foram feitos significativos investimentos para fortalecer os sistemas de monitorização da pobreza e de informação sectorial. Ainda há, contudo, significativos desafios na monitorização de resultados das estratégias nacionais e sectoriais de desenvolvimento, os quais se reflectem no pequeno número de países com alta classificação no indicador para arcabouços de avaliação de desempenho.
- Somente cerca de doze países da pesquisa informaram ter implantado mecanismos para revisão recíproca de progresso no que toca aos compromissos pertinentes à eficácia da ajuda.
- Parecem haver declinado a advocacia e a adopção destas disposições.

### ACÇÕES RECOMENDADAS

- Os países parceiros e doadores devem apoiar-se mutuamente no uso de arcabouços acordados de avaliação de desempenho, baseados num pequeno número de indicadores que possibilitem o rastreio económico dos objectivos incluídos nas estratégias nacionais e sectoriais de desenvolvimento
- Os doadores devem dar mais apoio à formulação de políticas com base científica, apoiando os países na melhoria dos seus sistemas de estatística, monitorização e avaliação.
- Devem também apoiar os governos e parlamentos locais na avaliação dos resultados e ajudar a promover a ideia de que a orientação por resultados é uma variável política que não depende da prévia instituição de sistemas sofisticados de informação.
- Deve-se organizar uma iniciativa internacional de alto nível para divulgar e promover os melhores modelos de revisão mútua das parcerias de ajuda, com base na experiência recente.

Resultados e Responsabilidade Recíproca

### RECOMENDAÇÃO 3: GESTÃO EFECTIVA DA AJUDA EM RELAÇÃO AO CUSTO

#### ACHADOS PRINCIPAIS

- A harmonização dos procedimentos dos doadores no contexto de Abordagens de Baseadas em Programas (ABP) continua a lograr avanços, embora mais lentos do que se esperava.
- Estão a ser adoptados de maneira mais ampla missões conjuntas e trabalho analítico, mas é necessário um progresso mais rápido para atingir os alvos para 2010.

#### ACÇÕES RECOMENDADAS

- Deve-se dar apoio contínuo, no nível de políticas, ao desenvolvimento de Abordagens Baseadas em Programas, incluindo esforços para fortalecer a complementaridade e melhorar a divisão do trabalho no nível de país e de sector.
- Os países parceiros devem liderar os diálogos sobre ABP e divisão do trabalho no nível de país.
- Deve-se dar renovado ímpeto ao princípio de actividades conjuntas no nível de políticas dos doadores, mas de uma forma não mecânica, a fim de evitar mudanças meramente cosméticas e dando estreita atenção ao número total de missões aos países, bem como à proporção das de carácter conjunto.

- i. Improving Ways of Working for Aid Effectiveness: A Progress Report on Implementing the Paris Declaration, OECD, 2008.
- ii. Bernard Wood, Dorte Kabell, Nansozi Muwanga e Francisco Sagasti, "Phase One Evaluation of the Implementation of the Paris Declaration: Synthesis Report", Holte, Dinamarca: Kabel Consulting, Abril de 2008.
- iii. Isto inclui somente AOD disponibilizada directamente no nível de país e não inclui alívio da dívida nem assistência humanitária.
- iv. Os dados sobre situação da ajuda desligada não incluem cooperação técnica e despesas administrativas, e a situação desligada não é comunicada para mais de 20% da ajuda bilateral informada ao DAC.
- v. Banco Mundial, Results-Based National Development Strategies: Assessment and Challenges Ahead, Washington, DC: World Bank, Dezembro de 2007.
- vi. Joint Venture on Public Financial Management: Report on the Use of Country Systems in Public Financial Management, Paris, OECD (2008).
- vii. Mokoro Ltd., Putting Aid on Budget: A Study for the Collaborative Africa Budget Reform Initiative (CABRI) and the Strategic Partnership with Africa (SPA), 2 vols., Oxford: Mokoro, Abril de 2008
- viii. Inclui-se nisto somente a ajuda oficial ao desenvolvimento proporcionada directamente no nível de país, e não a ajuda para alívio da dívida nem a de carácter humanitário.
- ix. Bernard Wood, Dorte Kabell, Nansozi Muwanga e Francisco Sagasti, "Phase One Evaluation of the Implementation of the Paris Declaration: Synthesis Report", Holte, Dinamarca: Kabel Consulting, Abril de 2008.
- x. Joint Venture on Public Financial Management: Report on the Use of Country Systems in Public Financial Management, OCDE, Paris (2008).
- xi. Mokoro Ltd., Putting Aid on Budget: A Study for the Collaborative Africa Budget Reform Initiative (CABRI) and the Strategic Partnership with Africa (SPA), 2 vols., Oxford: Mokoro, Abril de 2008.
- xii. Phase One Evaluation of the Implementation of the Paris Declaration: Synthesis Report, Holte, Dinamarca: Kabel Consulting, Abril de 2008.